



Editorial

Nos últimos anos, numerosos países mostraram acentuado interesse e preocupação em gerenciar o fenômeno migratório. Os deslocamentos humanos transfronteiriços, outrora bastante livres, começaram a ser objeto de rígida regulamentação e fiscalização mediante as assim chamadas políticas migratórias. Estas, geralmente, são divididas em *políticas de imigração*, que regulamentam os processos de admissão de estrangeiros no território, e *políticas de integração* que gerenciam a presença e a incorporação de imigrantes já residentes.

O *punctum saliens* do debate contemporâneo sobre o assunto não está tanto na legitimidade ou oportunidade de gerenciar o fenômeno migratório, quanto nos princípios axiológicos e nos interesses envolvidos. Em outros termos, a governabilidade migratória não diz respeito apenas à solução de problemas específicos e conjunturais, mas, sobretudo, ao modelo de sociedade que está sendo projetado, à maneira de lidar com a alteridade e, portanto, à construção identitária dos povos. Não seria injustificado, portanto, falar das políticas sobre migrações como *espelhos identitários* – espelhos que refletem a ‘conjuntura identitária’ de um povo. É nessa esteira também que se pode falar na existência de uma verdadeira *disputa pelas políticas migratórias*, em se considerando a heterogeneidade e conflitividade dos interesses e princípios axiológicos em jogo, bem como a variedade dos atores sociais envolvidos.

Em nossa opinião, muitas das políticas atuais sobre questões migratórias padecem de uma sorte de *miopia*: numa lógica típica de nossa cultura desmemoriada e descartável, as decisões políticas frequentemente são assumidas como respostas *imediatas, emotivas e paliativas* para problemas complexos e estruturais. Trata-se de uma *miopia diacrônica* e

sincrônica: carência de memória, projetualidade e utopia e, ao mesmo tempo, incapacidade - ou desinteresse - de enxergar a conjuntura social e as mudanças estruturais de nossa época. Ou, parafraseando Marc Augé (*Per un'antropologia della mobilità*, 2010), incapacidade de mover o espírito no tempo e no espaço.

É neste sentido que Stephen Castles, no primeiro artigo desta revista, chama a atenção para o desraizamento da reflexão teórica sobre migrações de uma abordagem mais ampla das mudanças sociais na sociedade contemporânea. O autor nos alerta também em relação à perigosa vinculação entre reflexão teórica e interesses políticos imediatos e propõe pistas metodológicas para a construção de uma teoria das migrações.

Numa abordagem a partir de um viés econômico, Pizarro, Finardi e Contrucci da CEPAL questionam as apressadas e, às vezes, infundadas conclusões sobre a conjuntura migratória no contexto da crise econômica de 2008, e sugerem a necessidade de buscar uma agenda migratória latino-americana na ótica dos direitos humanos e da superação da vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes.

A heterogeneidade dos interesses envolvidos na gestão das migrações é realçada por Lelio Marmora que apresenta uma preciosa análise de três modelos de políticas migratórias centrados na perspectiva da segurança nacional, dos direitos humanos e dos benefícios compartilhados. O autor finaliza o artigo analisando a situação e as perspectivas latino-americanas.

Morozzo Della Rocca, Fernández Bessa e Bahammou analisam a agenda migratória europeia, com foco, respectivamente, na Itália, na Espanha e na França. Conforme esses autores, as atuais políticas imigratórias na União Europeia, ao criminalizar os estrangeiros e restringir as admissões, dificultam a valorização das ricas potencialidades das migrações e se tornam um sério entrave para a formação e integração de novos cidadãos. Como assevera Morozzo della Rocca, *"i cittadini non vanno infatti solo trovati, ma dovrebbero essere formati"*, ou seja, as políticas deveriam ser pensadas para favorecer a aproximação e o diálogo com os estrangeiros e não para gerar estereótipos e conflitos.

Na última década, registra-se também um expressivo enriquecimento dos debates sobre gerenciamento das migrações na América Latina, com enfoques peculiares e diversificados. A questão da emigração é abordada por Nejamkis, que, a partir do caso argentino, mostra os nexos existentes entre políticas migratórias e práticas transnacionais dos emigrantes. Sprandel e Dias, por sua vez, apresentam um apanhado histórico das linhas norteadoras das políticas sobre tráfico humano no

Brasil e problematizam a inteligência das categorias de tráfico de pessoas e de suas vítimas, evidenciando a necessidade que as decisões políticas sejam orientadas pelas biografias de seres humanos concretos e não por rótulos e tipificações.

As políticas relativas a refugiados e refugiadas são abordadas por Kinjyo e Rodrigues, e Moulin. As primeiras duas autoras analisam de forma comparativa o caso do Brasil – com ênfase na atuação do CONARE e na Lei 9.474/97 – o do Japão; já Moulin reflete sobre o conceito de ‘fronteiras solidárias’ a partir do caso específico da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, e propõe três maneiras de compreender o tema da solidariedade - gerencial, comunitário e autônomo.

Os últimos dois artigos da REMHU têm foco teológico-pastoral e bíblico. Tassello nos apresenta uma rica e atualizada reflexão sobre o pensamento social da Igreja católica em relação às migrações e os princípios que o norteiam, como o destino universal dos recursos da terra, o bem comum, o direito de circulação, o direito de reunificação familiar e, mais em geral, os direitos humanos. Kramer, por sua vez, num enfoque bíblico, aborda a legislação deuteronomica e sua preocupação em proteger as categorias sociais mais vulneráveis – órfão, viúva e estrangeiro – e em legislar para a construção de uma sociedade igualitária e solidária, sem empobrecidos e excluídos.

Uma menção específica deve ser dada também a Nisha Varia, pesquisadora da divisão Direitos das Mulheres da ONG *Human Rights Watch* (HRW), que, na seção entrevistas, analisa as principais violações e as políticas de proteção necessárias para a defesa e promoção dos direitos das trabalhadoras domésticas migrantes no continente asiático.

O número se completa com o provocante testemunho de Cleophas Adrien Dioma, relacionado principalmente às políticas de integração na Itália, e as preciosas experiências apostólicas de Ir. Terezinha Mezzalira e Ir. Idalina Bordignon.

Desejamos uma boa leitura!